

# O áudio do presidente: ética, fontes, verificação e *fact-checking* no jornalismo<sup>1</sup>

**GEHRKE, Marília**

Jornalista, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS) na linha de pesquisa Jornalismo e Processos Editoriais e membro do Grupo Jornalismo Digital (JorDi).

## Resumo

Este artigo discute a ética jornalística na escolha de fontes especializadas e no processo de verificação e checagem de informações. Apresenta o caso divulgado pelo jornal *O Globo* sobre a existência de áudio envolvendo o presidente Michel Temer e o empresário Joesley Batista, bem como a repercussão na *Folha de S.Paulo*, que acionou um perito para analisar a gravação. Em uma espécie de *fact-checking*, *O Globo* desqualificou o especialista acionado pela *Folha*. Analisando a produção jornalística sobre o caso, observou-se que: 1) a pluralidade na imprensa é fundamental para a manutenção do jornalismo como metassistema perito; 2) práticas emergem ou se intensificam em um contexto de jornalismo em rede; 3) questões éticas aparecem nos manuais de jornalismo, mas a discussão não costuma ser aprofundada.

**Palavras-chave:** Ética Jornalística; Fontes Jornalísticas; Verificação; *Fact-Checking*; Jornalismo Em Rede.

## Abstract

This paper discusses journalistic ethics in the choice of specialized sources and in the process of verification in news. It presents the case published by *O Globo* newspaper about the existence of an audio involving the president Michel Temer and the businessman Joesley Batista, as well as the repercussion in *Folha de S.Paulo*, which used the knowledge of an expert to analyze the recording. In a kind of *fact-checking*, *O Globo* disqualified *Folha's* expert. Analyzing the journalistic production on this case, it was observed that: 1) plurality in the press is fundamental for the maintenance of journalism as a specialized metasystem; 2) practices emerge or intensify in a context of network journalism; 3) ethical issues appear in journalism manuals, but the term is not usually explored in a deep way.

**Keywords** Journalistic Ethics; Journalistic Sources; Verification; *Fact-Checking*; Network Journalism.

<sup>1</sup> Este artigo teve sua primeira versão apresentada no GT Teorias do Jornalismo, durante o 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), realizado de 4 a 9 de setembro de 2017 na Universidade Positivo, em Curitiba/PR.

## Introdução

A razão de ser do jornalismo é produzir notícias confiáveis e contextualizadas, de modo que seja possível compreender os fatos que geram impacto sobre a vida em sociedade. Kovach e Rosenstiel (2004) afirmam que sua primeira finalidade é fornecer subsídios para que as pessoas sejam livres e capazes de se autogovernar. Os autores também identificam nove elementos<sup>1</sup> da prática profissional, sendo que o primeiro diz respeito à obrigação dos jornalistas com a verdade.

Sob a perspectiva do jornalismo como crença verdadeira justificada (LISBOA e BENETTI, 2015), sustentado em noções de verdade e credibilidade, e do jornalismo como sistema perito e metassistema perito (MIGUEL, 1999), este artigo tem o objetivo de discutir a relação entre a ética jornalística na escolha das fontes e nos processos de verificação e *fact-checking*, ligados à qualidade da informação produzida. Para tanto, combina o uso de técnicas qualitativas de pesquisa, que são revisão bibliográfica, descrição e análise do objeto empírico. A problematização teórica dessas questões dá sustentação à análise proposta, que tem como recorte a cobertura de dois jornais brasileiros de referência, O Globo e a Folha de S.Paulo, sobre o áudio de uma conversa entre o presidente Michel Temer e o empresário Joesley Batista.

Inicialmente, este estudo explora definições de ética no jornalismo e elementos que norteiam e cercam a prática profissional. Na sequência, busca-se explicar o que são fontes e fontes especializadas, acionadas no jornalismo para fins de contextualização. Após, discute-se o processo de verificação dos fatos e o *fact-checking*, prática que consiste na checagem de discursos e materiais já publicados e emerge em um contexto de jornalismo em rede (HEINRICH, 2008) e sociedade em rede (CASTELLS, 2016). Após a base teórica, o artigo traz detalhes do exemplo estudado, ainda que não tenha a pretensão de desenvolver um estudo de caso.

A partir da análise qualitativa, foi possível levantar três pontos principais, mostrando a relação entre a abordagem teórica e o empírico estudado: 1) a pluralidade de veículos de comunicação é fundamental para a manutenção do jornalismo como metassistema perito; 2) práticas reformuladas ou novas, como verificação e *fact-checking*, emergem ou se intensificam em um contexto de jornalismo em rede; 3) questões éticas aparecem nos manuais de jornalismo, mas o termo não costuma ser aprofundado nem assegura as boas práticas na imprensa.

## Ética e verdade para um jornalismo credível

A condição do jornalismo para se tornar forma de conhecimento, acreditam Lisboa e Benetti (2015, p. 11), parte de três pontos: “[...] as condições da crença, da verdade e da justificação. Basicamente, o sujeito deve crer que o jornalismo diz a verdade, e esta verdade deve estar justificada em seu próprio discurso”. A crença, a verdade e a justificação são cristalizadas pela credibilidade. Acreditar que o jornalismo diz a verdade é o que faz presumir a existência de uma prática confiável.

A atividade profissional jornalística pressupõe dilemas que suscitam reflexões éticas. Publicar ou não publicar um nome ou uma fotografia? Usar ou não usar o depoimento de determinada fonte? “[...] é justo investigar a intimidade de alguém que esteja exercendo uma função pública e guarda, em sua intimidade, práticas suspeitas que envolvem o Estado? O dilema ético do jornalista, por excelência, é desse tipo” (BUCCI, 2010, p. 20).

O termo *ética* deriva do grego *éthos* e está ligado, de maneira geral, aos costumes (BUCCI, 2000). A ética possui uma dimensão individual, de convicções pessoais, e outra social, relacionada aos valores dos grupos sociais que são frequentados. No jornalismo, perpassa as premissas institucionais, mas abrange as escolhas individuais dos jornalistas – e que afetam a sociedade, de alguma maneira.

A moral, às vezes confundida com a ética, é um conjunto de valores que orienta as condutas humanas, os julgamentos e as ações. O que as pessoas fazem com a moral é o que se chama de ética (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 16). Enquanto a moral está mais ligada ao que se faz na prática, a ética está no caminho da reflexão. “A moral é como uma tábua de mandamentos; a ética é o pensamento sobre as regras e nossas relações com o mundo: se vamos ou não acatar as normas, e por que fazemos uma coisa e não outra”, diz o autor.

Karam (1997) acredita na necessidade de aprofundamento dos estudos sobre ética no jornalismo por conta de suas especificidades quanto à pauta, à seleção e à hierarquização dos fatos e das fontes. Para ele, o jornalismo tem dificuldades de refletir a complexidade e a diversidade dos acontecimentos. No entanto, considera inválida a crítica pela crítica – afirma que é preciso investir energia e aprofundar os estudos no campo jornalístico.

A confiança depositada no jornalismo, por parte dos leitores, mostra que existe um vínculo de confiança, em que se pressupõe que o jornalismo fale a verdade. Como diz Bucci (2000, p. 52), “[...] a imprensa é a materialização de uma relação de confiança, e não

simplesmente um serviço de fornecimento de produtos informativos para o consumo”. O pacto, por isso, abrange o jornalismo como instituição.

Acreditar que o jornalismo informa a verdade é a base para que esse seja considerado por Miguel (1999) um dos sistemas peritos da sociedade, cujas principais características são um grau de autonomia e a crença, por parte dos consumidores, em sua competência especializada. A segurança pública, por meio das polícias e órgãos semelhantes, são um exemplo muito presente na sociedade: existe a crença de que a população está segura por conta de suas ações.

Com relação ao jornalismo, há três momentos no relacionamento entre o público e o meio de comunicação: confiança na veracidade das informações, confiança na seleção e hierarquia dos elementos dos relatos e confiança na seleção e hierarquização das notícias com relação aos fatos. O jornalismo, segundo Miguel (1999), ainda funciona como metassistema perito, pois serve de espaço para legitimar não apenas outros sistemas, mas também o próprio jornalismo.

A notícia não é um mero relato dos fatos, mas “[...] altera o arranjo dos fatos, dos poderes ou das ideias em algum nível” (BUCCI, 2000, p. 42). Os desvios éticos da imprensa, diz o autor, não se resumem às falhas dos jornalistas, mas se estendem às empresas de comunicação e à sociedade porque o problema ético é estrutural e sistêmico.

A ética geralmente é um dos pontos contemplados nos manuais de redação, utilizados por redações jornalísticas para padronizar questões de estilo e comportamento. Sindicatos e associações também costumam falar sobre ética. A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que representa os profissionais, apresentou, em 2007, a versão mais recente do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. A Associação Nacional de Jornais (ANJ) também disponibiliza, aos associados – entre eles o jornal *O Globo* e a *Folha*, um breve Código de Ética e Autorregulamentação. O que se entende por ética, no entanto, não é descrito. No *Manual da Folha de S.Paulo*, consultado neste estudo, o trecho relacionado à ética diz respeito muito mais aos jornalistas não utilizarem sua função para obter benefícios próprios. Não trabalha, porém, com a ética associada à ideia de verdade, verificação e checagem, sendo que esses aspectos partem de um mesmo ponto inicial: a fonte jornalística.

## **Fontes, especialistas e a prática da verificação**

Fontes são pessoas e documentos consultados pelos jornalistas para obter as informações necessárias para a construção de um conteúdo. Estão ligadas à qualidade da

informação veiculada. Para Lage (2009), as fontes podem ser classificadas como oficiais, mantidas pelo Estado ou instituições próximas; oficiosas, que representam uma entidade ou um indivíduo, mas não estão autorizadas a falar em seu nome; e independentes, sem vínculo com o poder. Um segundo grau de denominação trabalhado pelo autor classifica as fontes em primárias ou secundárias e testemunhas e *experts*.

Neste artigo, a abordagem se dará em torno das fontes pessoais e daquelas que Lage (2009) denomina de *expert* e outros autores classificam como técnicos e especialistas (PINTO, 2009) e fonte especializada (SCHMITZ, 2011). *Expert* é o nome atribuído a especialistas em determinado assunto, como professores e pesquisadores, e em geral essas pessoas são consultadas para ajudar na explicação e/ou contextualização de determinado fenômeno. Lage (2009) diz que os *experts* costumam ser fontes secundárias, acionadas para contemplar diferentes versões ou interpretações de eventos.

O uso de fontes pressupõe uma tarefa basilar no jornalismo: a verificação. Para Kovach e Rosenstiel (2004), a disciplina da verificação está na essência da prática profissional e é o que difere o jornalismo de outras atividades. Reside no coração da escrita de não ficção, pois consiste em contrapor fontes e ampliar o escopo da pesquisa de temas, refletindo sobre os diferentes lados de uma mesma questão. “Os jornalistas que selecionam as fontes para expressar o que na verdade é seu próprio ponto de vista, e depois usam a voz neutra para que tudo pareça objetivo, estão trapaceando. Isso prejudica a credibilidade da profissão [...]” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 117).

A verificação é estabelecida em cinco passos, segundo os autores: não acrescentar informações; não enganar o público; usar transparência nos métodos e motivos; confiar somente no próprio trabalho de reportagem; e ser humilde. Ao fazer isso, os jornalistas aprimoram a qualidade da informação e evitam o jornalismo declaratório, em que as informações são meramente reproduzidas, tais e quais divulgadas pelas fontes, sem que haja uma análise crítica em relação ao conteúdo.

Kovach e Rosenstiel (2004) indicam que a transparência é o principal elemento da disciplina da verificação – o jornalista deve divulgar o máximo de informações sobre as fontes e os métodos empregados. O fato de citar a fonte e deixar claro a qual entidade ou instituição ela está ligada é um passo em direção à transparência, pois o leitor fica apto a interpretar possíveis interesses. Segundo os autores, a transparência mostra o respeito do jornalista com os leitores e previne contra enganos das fontes. Ainda está ligada à ideia de interesse público, chave para a credibilidade.

A própria relação entre jornalistas e fontes pressupõe questões éticas, pois há interesses em jogo – de ambos os lados. “Do direito fundamental a que corresponde a

imprensa, o direito à informação, resulta a ética que deveria reger os jornalistas e as empresas de comunicação – e deveria reger também os vínculos que ambos estabelecem com as suas fontes [...]. ” (BUCCI, 2000, p. 33). Enquanto os jornalistas costumam buscar informações inéditas e credíveis, legitimando o conteúdo, as fontes aproveitam a visibilidade fornecida pelos meios de comunicação, gerando uma imagem positiva de si, e a movimentação da agenda pública sobre o assunto abordado (PINTO, 2000). Como a relação entre jornalistas e fontes tem características de uma troca, com interesses diferentes entre as partes, as informações precisam ser verificadas.

## **Fact-checking e o contexto do jornalismo em rede**

A verificação é uma prática fundamental e básica do jornalismo, acompanhando todo o processo de reportagem, desde a elaboração da pauta até a publicação do conteúdo. Um texto bem apurado, a partir de fatos verificados, tem potencial para auxiliar no processo de contextualização aos leitores, enquanto um conteúdo mal apurado levanta dúvidas e ameaça a credibilidade no jornalismo.

De acordo com Brandtzaeg et. al. (2015), a verificação é parte crucial do processo de coleta e disseminação de informações, demandando acurácia e validação da fonte e do conteúdo divulgado. A insuficiência de verificação, inclusive na fala das fontes, tem gerado novas práticas para verificar a validade de discursos, a exemplo do *fact-checking*, que se desenvolve dentro de veículos de comunicação tradicionais e também como principal atividade de meios alternativos. Segundo Amazeen (2015), trata-se de uma prática disposta a mostrar erros e informações falsas. O uso de *fact-checking* ainda visa combater afirmações rasas, confrontando falas com dados verificáveis, valendo-se da missão do jornalismo como mantenedor da verdade e vigia do poder político (GRAVES, NYHAN e REIFLER, 2015).

Conforme o *American Press Institute*<sup>ii</sup>, o objetivo de iniciativas de *fact-checking* é refazer o trabalho de reportagem e pesquisa a partir de declarações verificáveis de políticos e pessoas públicas cujas palavras geram impacto na sociedade. Com isso, busca-se fornecer informações rigorosas e claras, de modo que auxilie nas decisões das pessoas. O marco do que se conhece hoje como *fact-checking* remete a 1991 e desde então associado à checagem de discursos políticos. Naquele ano, o jornalista Brooks Jackson, da CNN, em Washington, verificou as informações divulgadas em campanha por candidatos à presidência dos Estados Unidos nas eleições de 1992. Em dezembro de 2003 fundou o *Fact-Check.org*, site de checagem que continua ativo em 2017. Desde então, a checagem

do discurso é realidade nas eleições dos Estados Unidos (GRAVES, NYHAN e REIFLER, 2015), com crescimento acentuado a partir de 2012.

O *fact-checking* entra em prática de forma mais evidente em um contexto de jornalismo em rede (HEINRICH, 2008), que configura um conjunto de práticas inserido no contexto da sociedade em rede (CASTELLS, 2016). Desenvolvido no século XXI, traz novos formatos na produção e disseminação de notícias, com flexibilidade nos processos. O atual contexto de sociedade começa a se configurar nos anos de 1970, com o desenvolvimento tecnológico, que a partir da década seguinte viria a remodelar a base da sociedade, reestruturando o sistema capitalista. A rápida difusão do uso de computadores e a internet privada nos anos de 1990 moldaram novas formas de organização, aproximando-se de uma comunicação global horizontal, especialmente a partir da década de 2000, sem fronteiras físicas e geográficas bem demarcadas e com atividade em fluxo contínuo.

A sociedade em rede, assim definida por Castells (2016), é flexível, descentralizada e organizada de modo diferente, estabelecendo novas relações entre economia, sociedade e Estado. Nesta era da informação, que se mistura e toma lugar nos processos da sociedade industrial, o conhecimento é a principal fonte de produtividade. Para o autor, a tecnologia não opera sozinha, mas exerce influência sobre a informação. O fluxo contínuo de informações, substituindo medidas bem determinadas de tempo e espaço, abre margem para o desenvolvimento de práticas de *fact-checking*, pois há demanda para tal.

É característica da sociedade em rede e do jornalismo nela inserido a descentralização de processos, de modo horizontal. Significa, por exemplo, que os veículos de comunicação já não detêm toda a informação: se uma empresa não divulgar determinada notícia, o público consegue obtê-la em outras fontes de informação. Também parece sofrer alteração o modo de organização das próprias empresas. Se antes uma notícia exclusiva seria guardada para publicação no jornal impresso do dia seguinte, hoje o fato de não divulgar em seu site pode abrir espaço para a concorrência. O exemplo apresentado neste artigo segue essa lógica: o jornal *O Globo* decidiu publicar a notícia sobre as gravações envolvendo o presidente primeiramente em seu site.

## **A gravação de áudio envolvendo o presidente**

O jornal *O Globo* divulgou em maio de 2017 uma série de gravações envolvendo o presidente da República Michel Temer. Entre elas, um áudio em que o presidente Michel Temer estaria concedendo o aval para que o dono da JBS – empresa que atua no ramo

de processamento de carnes –, Joesley Batista, pagasse pelo silêncio do deputado cassado Eduardo Cunha, preso por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Quando a gravação foi liberada pela Justiça e passou a circular, especulou-se sobre sua veracidade. Outro jornal de referência, a *Folha de S.Paulo* publicou texto em que trazia explicações fornecidas por um perito em análise de gravações – fonte especializada, portanto, que levantava a possibilidade de o áudio ter sido editado.

O primeiro texto do jornalista Lauro Jardim, divulgado em 17 de maio de 2017 no site de *O Globo*, continha somente explicações sobre o tema do áudio, proveniente de delação premiada, e transcrições de pequenos trechos, pois o conteúdo ainda estava sob sigilo na Justiça. Em delação, um dos donos da empresa JBS, Joesley Batista, manteve conversas com o presidente Michel Temer sobre o pagamento de mesada ao ex-deputado Eduardo Cunha, para que o parlamentar continuasse calado na prisão. “Diante da informação, Temer incentivou: ‘Tem que manter isso, viu?’” (JARDIM, 2017, s.p.).

Segundo Jardim, a notícia exclusiva começou a se desenhar a partir de uma fonte que cultivava há cerca de cinco anos. Essa fonte relatou que havia uma *bomba* para contar ao jornalista, mas que não era uma história completa. Dado o pontapé inicial, o jornalista disse ter cruzado as informações com outras fontes para complementar a história. Informou, ainda, que o texto foi publicado primeiro no site e não na versão impressa de *O Globo* justamente porque não podia correr riscos de vazamentos. Quando a versão final foi ao ar, somente cinco pessoas sabiam do furo jornalístico que seria dado (BERTÃO FILHO e RODRIGUES, 2017).

A delação do empresário Joesley Batista respingou em diferentes políticos, mas o caso mais grave e mais citado pela imprensa foi mesmo o que envolveu o presidente da República. Dois dias depois de o jornal *O Globo* divulgar a notícia exclusiva, a *Folha de S.Paulo* publicou um texto sobre uma perícia do áudio, cuja conclusão era de que a gravação havia sofrido mais de 50 edições. O laudo foi assinado por Ricardo Caires dos Santos, que se identificava como perito judicial pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. “Segundo ele, o áudio divulgado pela Procuradoria-Geral da República [PGR] tem indícios claros de manipulação, mas ‘não dá para falar com que propósito’” (MARIANTE, MAGENTA e OLIVA, 2017, s.p.).

Santos aparece como o responsável pelo laudo e também como fonte especializada que, além de contratada pelo jornal em uma tentativa de investigação independente, teve suas falas reproduzidas no conteúdo. Ao longo do texto, a *Folha* reproduziu trechos que estariam cortados no diálogo. Além de Santos, a *Folha* ouviu a PGR como fonte, que declarou que o áudio divulgado era exatamente o entregue por Joesley Batista. Um



segundo perito, Ricardo Molina, também é citado no texto da *Folha*, apenas reforçando que o áudio tinha baixa qualidade, porém sem fazer uma análise técnica. Em posterior pronunciamento sobre o caso, o presidente Michel Temer utilizou as informações veiculadas na *Folha* para se defender – ou seja, alegou que a gravação havia sofrido edições.

No dia 21 de maio de 2017, o jornal *O Globo* publicou uma notícia com o título *Autor de laudo citado por Temer usou equipamento amador* (*O GLOBO*, 2017, s.p.), desqualificando a fonte especializada utilizada pela *Folha*. Segundo reportagem de *O Globo*, Ricardo Caires dos Santos é bacharel em Direito e só realizava trabalhos eventuais para a Justiça. A reportagem ainda apontou que Santos utilizou *softwares* amadores de edição de áudio para elaborar o laudo. Conforme especialistas – não citados nominalmente – ouvidos pelo jornal, esse tipo de ferramenta é insuficiente para afirmar se houve ou não edição na gravação. Contatado por *O Globo*, Santos negou que o áudio da conversa entre Temer e Batista tinha 50 pontos de edição, como apontado pela *Folha*.

Em 23 de junho de 2017, a *Folha* publicou um novo texto sobre o caso, a partir de informações da perícia realizada pelo Instituto Brasileiro de Peritos, sob o título *Nova perícia contratada pela Folha indica que aparelho causou falhas em áudio de Temer* (*FOLHA DE S.PAULO*, 2017, s.p.), apontando que equipamentos como os utilizados na gravação entre Batista e o presidente podem gerar falhas ao economizar energia durante o processo de gravação. Apesar de ter sido desqualificada pelo jornal *O Globo*, a *Folha* cita a perícia realizada em maio por Ricardo Caires dos Santos.

O caso das gravações não foi a primeira vez que a *Folha de S.Paulo* teve problemas com informações divulgadas e envolvendo pessoas do mais alto escalão da República. Em abril de 2009, o jornal publicou uma reportagem sobre a suposta participação da então ministra (presidente eleita em 2010) Dilma Rousseff, que em 1969 estaria envolvida em um plano de sequestro do ministro da época, Delfim Netto, durante o regime militar brasileiro. Apesar de Dilma e outras pessoas terem negado participação, a *Folha* publicou uma suposta ficha com a lista de crimes que teriam sido cometidos por ela, incluindo foto e impressão digital. A autenticidade da ficha foi questionada por peritos contratados por Dilma, obrigando a *Folha* a publicar uma nota informando que não era possível confirmar a veracidade do documento (DALMASO e MIELNICZUK, 2011).

A publicação da *Folha*, segundo Dalmaso e Mielniczuk (2011), repercutiu em diferentes blogs, como o do jornalista Luis Nassif. Em uma das postagens, ele disse que o próprio Departamento de Ordem Política e Social (Dops), de onde a *Folha* alegava ter obtido a ficha, nunca confirmou a existência de tal documento. Além disso, Nassif veiculou os comentários escritos em seu blog que, de forma técnica, detectaram a falsidade da

ficha e a produção dela em computador, com dados manipulados. Diversos comentários reunidos no artigo das autoras mostram que os leitores se engajaram na identificação de pistas que comprovaram a não autenticidade da ficha.

Os dois casos envolvendo a *Folha de S.Paulo*, em 2009 e 2017, sugerem reflexões sobre a ética jornalística no processo de apuração e checagem das informações. A questão da suposta ficha, ao que parece, seria facilmente desvendada por um especialista. Com relação às gravações de áudio envolvendo o presidente, ficou pendente a verificação do histórico da fonte e seu grau de confiabilidade.

## Discussão

A manutenção de um ambiente democrático e de liberdade de imprensa requer uma multiplicidade de veículos de comunicação fazendo o trabalho de fiscalização dos poderes. O exemplo trazido neste artigo, que começa com a divulgação de uma notícia exclusiva pelo jornal *O Globo*, envolvendo o presidente da República em gravações com um empresário, é o ponto de partida para discussões de questões éticas e de transparência adotadas no jornalismo.

Quando contrata um perito para analisar a gravação e produz uma notícia basicamente sobre o seu laudo, a *Folha de S.Paulo* ignora o histórico da fonte jornalística. Uma busca breve na internet, por exemplo, poderia detectar que este mesmo perito havia participado de notícias sobre a existência de fantasmas em fotografias.

O próprio Manual da Redação da *Folha* indica que seja realizado o cruzamento de informações antes da publicação. “Cruzar informações ouvir o outro lado permite, ainda, que o jornalista não endosse versões interessadas, que visem a manipulação da opinião pública, nem o erro que possa ser cometido por pessoas, instituições, empresas ou grupos” (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p. 27).

Ainda com relação às fontes, a *Folha* traz, em seu manual, uma classificação conforme o grau de confiabilidade: da fonte tipo zero ao tipo três, sendo que zero é a mais confiável e três a menos confiável. Cada uma exige procedimentos diferentes ao ser adotada. A fonte tipo zero e tipo um são as mais confiáveis, possuem histórico de credibilidade, e podem ser acionadas sem checagem com outra fonte. Já as fontes tipo dois e três, por conta de possíveis interesses (políticos e econômicos, por exemplo), devem ser cruzadas com outras. A questão do interesse, porém, parece se estender a toda e qualquer fonte. É aí que entra a transparência proposta por Kovach e Rosenstiel (2004).

Diante da situação, o jornal *O Globo* veiculou uma nova notícia em que fez uma espécie de *fact-checking*: a partir do discurso do presidente Michel Temer, que utilizou a notícia da *Folha* como argumento para se defender, e também a partir da fonte especializada (o perito) adotada pelo veículo. O jornal *O Globo* exerceu seu papel de concorrência e questionou a fonte utilizada pela *Folha de S.Paulo*, mostrando que o jornalismo pode funcionar como metassistema perito (MIGUEL, 1999), avaliando o conteúdo divulgado por outros meios de comunicação. Esse tipo de procedimento é fundamental para a manutenção do conhecimento no jornalismo e do jornalismo como crença verdadeira justificada, visto que chancela ou provoca a discussão ou correção de informações veiculadas.

## Considerações finais

Questões de ética e transparência nos processos de escolha das fontes, de apuração e verificação jornalísticas formaram a discussão central deste artigo. Por meio da combinação de técnicas qualitativas de pesquisa, o exemplo utilizado foi a notícia sobre uma gravação envolvendo o presidente da República e um empresário. Buscou-se trazer a abordagem de *O Globo*, que divulgou a notícia com exclusividade, e da *Folha de S.Paulo*, que repercutiu o caso e posteriormente teve uma fonte desqualificada. Práticas como essa são chamadas de *fact-checking*, que emerge em um contexto de sociedade e de jornalismo em rede.

Observou-se, no empírico estudado, três pontos principais: 1) a pluralidade de veículos de comunicação é fundamental para a manutenção do jornalismo como metassistema perito; 2) práticas reformuladas ou novas, como verificação e *fact-checking*, emergem ou se intensificam em um contexto de jornalismo em rede; 3) questões éticas aparecem nos manuais de jornalismo, mas o termo não costuma ser aprofundado nem assegura as boas práticas na imprensa.

Miguel (1999, p. 202) pergunta: quem cumpre o papel de fiscalizador, ou metassistema perito, em relação ao jornalismo? Ele mesmo tem a resposta: “[...] apenas o próprio jornalismo pode controlar a si mesmo. Ou seja, a responsabilidade é colocada nas mãos da concorrência”. Embora o caso analisado explore dois dos principais jornais do País, da chamada mídia de referência, a horizontalidade da sociedade em rede permite que meios de comunicação alternativos também atuem como fiscalizadores, assim como os próprios leitores têm espaço para tal. A verificação é um procedimento basilar no jornalismo. No caso em questão, o jornal *O Globo* utilizou técnicas de checagem posterior a

um discurso ou publicação de discurso. O jornalismo, então, torna-se uma espécie de *fact checker* do próprio jornalismo.

Por fim, questiona-se: o jornalismo pode falar de ética ou pensar em ética sem discutir seu significado? Da maneira como o termo é explorado em códigos de ética e manuais, parece um conceito dado, popular e unânime. Considerando o jornalismo “[...] uma atividade social, que revela dados da realidade e interliga fatos desconexos para uma maior compreensão humana” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 18), trabalhando com diferentes interesses e reputações, é importante que o jornalista traga para o debate as fontes especializadas e qualificadas, mas acionadas de forma transparente. Para manter os valores de verdade e credibilidade, que sustentam o jornalismo como instituição, discussões sobre ética e transparência precisam ganhar espaço não só no debate acadêmico, mas entre os próprios profissionais.

## Referências

AMAZEEN, M. Revisiting the epistemology of fact-checking. **Critical Review: a journal of politics and society**. Londres: Routledge, 2015.

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS – ANJ**. Código de Ética e Autorregulamentação. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/codigo-de-etica-2/>>. Acesso em 7 jul. 2017.

BERTÃO FILHO, I.; RODRIGUES, S. “Praticamente não dormi essa semana”, diz Lauro Jardim. Porto Alegre: Editorial J, 2017. Disponível em: <<http://www.editorialj.eusoufamecos.net/site/reflita/praticamente-nao-dormi-essa-semana-diz-lauro-jardim/>>. Acesso em 26 maio 2017.

BRANDTZAEG, P. B. et. al. Emerging journalistic verification practices concerning social media. **Journalism Practice**. Londres: Routledge, 2015.

BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CHRISTOFOLETTI, R. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

DALMASO, S.; MIELNICZUK, L. A participação cidadã em blogs como fator de ampliação da resolução semântica das notícias. Curitiba: **Interin**, v. 11, p. 1-12, 2011.

**Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ**. Código de ética dos jornalistas brasileiros. Rio de Janeiro: Fenaj, 2007. Disponível em: <[http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf)>. Acesso em 7 jul. 2017.

FOLHA DE S.PAULO. **Manual da redação**. São Paulo: Publifolha, 2010.

FOLHA DE S.PAULO. Nova perícia contratada pela Folha indica que aparelho causou falhas em áudio de Temer. São Paulo: **Folha de S.Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1895594-nova-pericia-da-folha-indica-que-aparelho-causou-falhas-em-audio-de-temer.shtml>>. Acesso em 10 jul. 2017.

GRAVES, L.; NYHAN, B.; REIFLER, J. The diffusion of fact-checking: understanding the growth of a journalistic innovation. Arlington: **American Press Institute**, 2015. Disponível em: <<http://www.americanpressinstitute.org/wp-content/uploads/2015/04/The-Growth-of-Fact-Checking.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2017.

HEINRICH, A. Network journalism: moving towards a global journalism culture. Public service media for communication and partnership. Mainz: **RIPE conference**, 2008.

JARDIM, Lauro. **Dono da JBS grava Temer dando aval para compra de silêncio de Cunha**. [S.l.]: O Globo, 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/dono-da-jbs-grava-temer-dando-aval-para-compra-de-silencio-de-cunha-21353935>>. Acesso em 26 maio. 2017.

KARAM, F. J. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**: O que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração editorial, 2004.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LISBOA, S.; BENETTI, M. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**. V. 11, N. 2, 2015.

MARIANTE, J. H.; MAGENTA, M.; OLIVA, D. Áudio de Joesley entregue à Procuradoria tem cortes, diz perícia. São Paulo: **Folha de S.Paulo**, 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1885725-audio-de-joesley-entregue-a-procuradoria-tem-cortes-diz-pericia.shtml>>. Acesso em 10 jul. 2017.

MIGUEL, L. F. O jornalismo como sistema perito. São Paulo: **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, 11 (1), 1999. p. 197-208.

O GLOBO. Autor de laudo citado por Temer usou equipamento amador. Rio de Janeiro: **O Globo**, 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/autor-de-laudo-citado-por-temer-usou-equipamento-amador-21372406>>. Acesso em 10 jul. 2017.

PINTO, A. E. de S. **Jornalismo diário**: reflexões, recomendações, dicas e exercícios. São Paulo: Publifolha, 2009.

PINTO, M. Fontes jornalísticas: contributo para o mapeamento do campo. [S.l.]: **Comunicação e Sociedade 2**, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, V. 14, 2000, p. 277-294.

SCHMITZ, A. A. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

---

<sup>i</sup> Os nove elementos do jornalismo são: “1. A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade. 2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos. 3. Sua essência é a disciplina da verificação. 4. Seus praticantes devem manter independência daqueles que a cobrem. 5. O jornalismo deve ser um monitor independente do poder. 6. O jornalismo deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público. 7. O jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante. 8. O jornalismo deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional. 9. Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 22-23).

<sup>ii</sup> <https://www.americanpressinstitute.org/fact-checking-project/fact-checker-definition/>